



ANEXO I

(temas da prova de conhecimentos e relação de bibliografia e legislação; técnico superior; duração total da prova – 90 minutos)

❖ **Temas comuns:**

- Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias;
- Regime jurídico das Autarquias Locais;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- O Novo Código do Procedimento Administrativo;
- Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), aplicado às autarquias locais;
- Estatuto dos eleitos locais;
- Reorganização administrativa da cidade de Lisboa.

❖ **Temas específicos:**

- Código do Trabalho;
- Funcionamento dos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP);
- Articulação do GIP com os serviços do IEFP.
- Políticas públicas locais de promoção do emprego e empregabilidade.

Leitura Recomendada:

Dias, Mónica Costa e Junho, José Varejão (2014), *Estudo de Avaliação das Políticas Ativas de Emprego. Relatório Final*, Faculdade de Economia do Porto, Porto.

Pedroso, Paulo (2010), *Modelos de ativação de desempregados: os desafios estruturais e as condicionantes conjunturais*, Lisboa, GEP/MTSS



Ramos, Maria da Conceição Pereira (2003), *Acção Social na Área do Emprego e da Formação Profissional*, Universidade Aberta, Lisboa.

Vários autores (2014), *Autarquias Locais: Novo Regime*, Livraria Petrony, Lisboa.

António José Rodrigues (2015), *Autarquias Locais*, Coleção Legislação Anotada, Almedina, Coimbra.

Regulamento dos GIP.

Legislação principal:

- Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação;
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;
- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação;
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;
- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação;
- Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro;
- Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, na sua atual redação;
- Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, na sua atual redação.

Legislação específica:

- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual;
- Portaria n.º 127/2009, de 30 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 298/2010, de 1 de junho;
- Portaria n.º 140/2015, de 20 de maio.